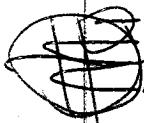


ADUBOS TREVO S.A. GRUPO LUXMA

moratória da dívida

Trabalhadores pedem Dívida Externa



Os representantes de confederações sindicais reunidos ontem durante sete horas com o presidente José Sarney e seus ministros, solicitaram que o governo decrete a moratória da dívida externa e que os recursos que são repatriados aos países credores sejam revertidos em favor de investimentos na área social. Contudo, não houve unanimidade entre os dirigentes sindicais com relação a esse problema, sendo que alguns deles preferiram que o assunto seja discutido com mais cautela, até que se estabeleça o grau de dependência do País em relação aos recursos (dólares) provenientes dos bancos internacionais.

O presidente José Sarney rejeitou a tese da moratória, defendida na reunião com bastante ênfase pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, Joaquinzão, e pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva. Sarney disse que a moratória não será decretada, mas sim, que o governo renegociará a dívida com o FMI e os bancos de forma a não conduzir o País a mais recessão e sacrifício para os trabalhadores. O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, também rejeitou a moratória, seguindo a linha traçada pelo presidente da República de não se submeter aos «cachichos» dos credores.

Já o ministro do Planejamento, João Sayad, foi bastante enfático, quando disse, na reunião, que o Brasil se tornará inviável caso não resolva as questões financeiras internas e externas, defendendo igualmente a renegociação da dívida para com os bancos es-

trangeiros de forma proveitosa para o País. Advertiu ainda o ministro do Planejamento que se assim não se proceder, não sobrará recursos para elevar os investimentos na área social, como pretende o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, atualmente em discussão.

Os dirigentes sindicais colocaram suas reivindicações dizendo que o governo deve promover a queda da inflação, exercendo um controle de preços eficaz. O presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e presidente do Dieese, Joel Alves de Oliveira, afirmou que se deve também estabelecer uma vigilância sobre os preços de produtos agrícolas; advogando o estabelecimento no País da escala móvel de salários, através da qual todos os salários seriam reajustados quando a inflação chegasse a um determinado nível. Disse que o encontro foi bastante proveitoso, na medida em que pela primeira vez um presidente da República se dispôs a ouvir dirigentes sindicais.

O diretor-técnico do Dieese, Walter Barelli, relatou que o presidente José Sarney em momento algum falou na necessidade de um pacto social, porém disse desejar que se estabeleça uma «unidade» e não «unanimidade» em torno de seu governo, como o caminho mais indicado para se encontrar a solução para os graves problemas do País. Os dirigentes sindicais relataram que tanto o ministro Dornelles quanto o presidente Sarney afirmaram que o governo fará tudo para atender às reivindicações dos trabalhadores, mas «na medida do possível».